

## Formação em gestão cultural no Brasil: desafios e possibilidades

Gabriel Medeiros Chati<sup>1</sup>

### Resumo

O presente trabalho buscou refletir sobre a questão da formação em gestão cultural e suas demandas no contexto brasileiro. A partir de uma breve reflexão teórica, defendeu-se que a questão é central para a definição e efetivação das políticas de cultura, além de ser uma demanda social, presente nas prioridades estabelecidas nas Conferências Nacionais de Cultura e outros marcos institucionais, como o Plano Nacional de Cultura. Foi identificada a oferta de formação superior em gestão e produção cultural a partir de seis universidades federais, apresentando suas principais características e temas. Traçou-se ainda um perfil dos gestores públicos de cultura no Brasil a partir dos dados da pesquisa Perfil dos Estados e Municípios Brasileiros, suplemento Cultura 2014, do IBGE, num cruzamento de dados sobre a estrutura dos órgãos municipais e seus respectivos dirigentes.

Palavras-chave: gestão cultural; produção cultural; formação em cultura; política cultural; Munic 2014.

O tema da formação e capacitação na área cultural é recorrente devido a sua importância para o desenvolvimento do campo, gerenciamento das instituições e efetiva implementação da política do setor. Muitos autores o abordaram anteriormente com perspectivas semelhantes, enfatizando a crescente necessidade de preparação de sujeitos críticos para lidar com a diversidade de atividades e agentes que envolvem a gestão cultural (MARTINELL, 2000, 2007; CUNHA, 2005, 2011; RUBIM, 2008; CALABRE, 2008). Entre os elementos que aproximam tais análises parece estar a relação inexpugnável entre cultura e política, numa compreensão de que a formação do gestor ou produtor cultural<sup>2</sup> além ter de prover condições para o desenvolvimento das competências técnicas inerentes à organização da cadeia produtiva<sup>3</sup>, deve “estabelecer um compromisso com a realidade de seu contexto sociocultural, político e econômico” (CUNHA, 2011, p. 96). Assim, essa formação deve se estruturar enquanto “um processo formativo para esses profissionais, seja no ambiente não formal, seja na academia”, uma verdadeira política educacional que forme sujeitos

---

<sup>1</sup> Doutorando em Ciência Política (UFPEL, 2021), Mestre em Patrimônio Cultural e Sociedade (Univille, 2012), Bacharel em Produção Cultural (UFF, Niterói, 2007). Professor da Universidade Federal do Pampa, Coordenador do Bacharelado em Produção e Política Cultural, campus Jaguarão/RS.

<sup>2</sup> Ao longo deste trabalho não será feita distinção entre produtor cultural e gestor cultural compreendendo que há mais convergência entre essas funções ou perfis profissionais do que distinções. Em linhas gerais, reconhece-se que o gestor deve lidar com o âmbito político do campo cultural de maneira mais recorrente do que o produtor; este último muitas vezes trabalha focado na execução das ações e não em seu planejamento, tarefa precípua do gestor.

<sup>3</sup> Exemplos dessas competências de caráter técnico são as relacionadas aos bastidores da produção artística e cultural, desde a divulgação à cenografia, sonorização, figurino, entre outras, das quais os gestores e produtores devem ter conhecimentos gerais.

comprometidos “com a consolidação de uma política cultural democrática e voltada para a transformação social” (idem).

Antonio Albino Canelas Rubim, exemplo de pensador que envereda com frequência na temática da formação, entende que o tema da gestão cultural “apresenta-se hoje como revestido de fundamental importância para o desenvolvimento da cultura no Brasil e no mundo e de políticas culturais efetivamente contemporâneas e imaginativas” (2008, p. 47). Rubim compreende que enquanto processo sócio-histórico a *modernidade* promove uma

autonomização (relativa, é claro) do campo cultural em relação a outras esferas societárias, notadamente a religião e a política. Tal processo [...] implica a constituição da cultura como campo social singular, que articula e inaugura instituições, profissões, linguagens, símbolos (RUBIM, 2008, p. 46).

Assim, neste contexto de mudança, considerando os gestores culturais como “profissionais dedicados à organização da cultura” (idem), Rubim vai destacar a importância dessa atuação como parte da legitimação do próprio Estado Moderno. É preciso formar sujeitos capazes de construir, propor, executar e avaliar políticas culturais “por meio de expedientes democráticos [...] em lugar de mera coerção, típica de situações autoritárias” (idem). O autor compreende que este campo “exige crescentemente que sejam formados indivíduos para as novas profissões associadas às instituições que funda”, assim, é preciso preparar hábeis mediadores para atuação no complexo campo cultural, sejam estes ligados às instituições culturais (públicas ou privadas), ou ligados a grupos de artistas e organizações comunitárias, associações e demais frentes de trabalho da área cultural.

Pensar e planejar o campo da produção, circulação e consumo da cultura dentro de uma racionalidade administrativa é uma prática que pertence aos tempos contemporâneos. A gestão cultural é um campo novo, com fronteiras fluidas, no qual o perfil profissional se encontra em pleno processo de construção (CALABRE, 2008).

Como destaca Calabre, há uma emergência de demandas que nascem desse processo de mudança, assim, este trabalho parte do pressuposto que a formação em gestão cultural é questão *sine qua non* para a implementação de qualquer política cultural, posto que os gestores cumprem papel fundamental na articulação dos agentes e instituições culturais.

Por ser atualmente docente de um curso superior que busca formar justamente futuros gestores culturais, senti-me provocado a pensar mais atentamente qual o cenário e as necessidades da formação em gestão cultural no Brasil, sempre na sua relação com as políticas culturais e a partir do contexto das gestões públicas municipais. Também a minha

própria formação em produção cultural, algo relativamente recente no país<sup>4</sup>, impele-me a pensar este cenário. Começo assim essa investigação sem saber quais seriam todas as demandas de formação na área, mas algo parece-me certo *a priori*: dar conta destas necessidades passa, indubitavelmente, por capacitar indivíduos para nela atuar.

## 1. Uma demanda social real

Desde o primeiro governo do presidente Luis Inácio Lula da Silva, em 2003, ocorreu uma série de mudanças na política pública de cultura em âmbito nacional. Durante todo o primeiro mandato até a metade do segundo, o Ministério da Cultura (MinC) foi chefiado pelo músico, compositor e ativista cultural Gilberto Gil (2003 a 2008). O ministro-artista conduziu a pasta a partir de uma premissa que colocava a cultura numa dimensão antropológica que, entre outras questões, extrapola a noção de cultura delimitada ao campo das belas artes. Também outra premissa se instalava naquele momento para a efetiva construção da política de cultura: a participação social. Nitidamente filiada a premissas democráticas, a gestão organizou a primeira Conferência Nacional de Cultura (CNC) no ano de 2005<sup>5</sup>. As conferências, na perspectiva do Sistema Nacional de Cultura (SNC), cumprem a função de reunir a maior diversidade de agentes culturais que, a partir do debate que se inicia ao nível local (através das conferências municipais), apontam suas demandas, anseios e sugestões para o aprimoramento da gestão cultural do país. Assim, a partir dos resultados destas conferências<sup>6</sup>, considerando que estas reúnem boa parte das necessidades elencadas pelos agentes culturais, fui buscar subsídios que auxiliassem na identificação da percepção sobre a formação em gestão cultural a partir de um documento que é resultado de ampla consulta de caráter público e com efetiva participação popular.

As conferências, por questões metodológicas, colocam à Plenária Final a tarefa de definir prioridades frente ao número muito expressivo de propostas a serem avaliadas. Nesse sentido, algumas propostas que chegam até ela (a plenária) podem não constar no documento final. Assim, apesar de compor os anais dos encontros, há propostas que não são qualificadas

---

<sup>4</sup> Atualmente são quatro os cursos superiores na área ofertados em instituições públicas federais, sendo o mais antigo deles aquele no qual me formei, o Bacharelado em Produção Cultural da Universidade Federal Fluminense que no ano de 2015 completou duas décadas.

<sup>5</sup> As conferências nacionais acontecem de quatro em quatro anos e, desde a primeira em 2005, aconteceram outras duas (2009 e 2013).

<sup>6</sup> Os dados apresentados neste trabalho se focaram somente no resultado da Plenária Final da 3ª CNC, pois, por uma questão metodológica, a última conferência deve considerar as demandas aprovadas nas edições anteriores, atualizando-as conforme o avanço ou estagnação da situação. O documento pode ser acessado em: [http://cncvirtual.culturadigital.br/wp-content/uploads/sites/6/2013/12/Propostas\\_Aprovadas\\_III-CNC.pdf](http://cncvirtual.culturadigital.br/wp-content/uploads/sites/6/2013/12/Propostas_Aprovadas_III-CNC.pdf) (consultado em 05/12/2015).

enquanto prioritárias, caso que não atinge aquelas relacionadas à formação em gestão cultural como atesta a 4ª proposta (1.14), na qual se defende a necessidade de “Criar, desenvolver, fortalecer e ampliar as estratégias para a formação e capacitação em *gestão cultural* de forma permanente e continuada, envolvendo gestores e servidores públicos [...] e privados, [...] dos diversos segmentos” (III CNC, 2013, *grifo meu*). O teor desta proposta (assim como de outras em número significativo) aponta claramente para a demanda em formar e capacitar os agentes culturais para a gestão cultural sejam estes servidores públicos ou agentes privados.

Para perceber a questão da demanda por formação para além das conferências, busquei outra referência importante, o Plano Nacional de Cultura (PNC) <sup>7</sup>. Entre seus objetivos constam “qualificar a gestão na área cultural nos setores público e privado” (XI) e “profissionalizar e especializar os agentes e gestores culturais” (XII). Tais objetivos fortalecem o compromisso institucional na capacitação de pessoas para atuarem na área da produção e da política cultural. Dentre as metas do PNC que dialogam com o temário da formação e capacitação, destaca-se a de nº 18: “Aumento em 100% no total de pessoas qualificadas anualmente em cursos, oficinas, fóruns e seminários com *conteúdo de gestão cultural*, linguagens artísticas, patrimônio cultural e demais áreas da cultura” (2011, p.12, *grifo meu*)<sup>8</sup>.

Assim, diante do que apontam esses documentos importantes da política de cultura em âmbito nacional, considero que estamos diante de uma meta-necessidade: a principal necessidade da gestão cultural no Brasil é justamente a de formar gestores para exercê-la.

## 2. Panorama da oferta de formação superior na área de gestão no Brasil

A oferta de cursos superiores que se relacionam com a formação em gestão cultural no país é pequena. Considerando somente a rede pública, foi possível identificar seis instituições federais de ensino, entre universidades e institutos de tecnologia, que ofertam cursos na área da produção cultural conforme Tabela 1, abaixo. Entre elas, duas se destacam pelo pioneirismo, a Universidade Federal Fluminense (UFF) e a Universidade Federal da Bahia (UFBA). Os primeiros cursos implementados na área no Brasil datam de 1995-96 ofertados por estas universidades. Há uma distinção entre os dois cursos; o primeiro, com uma maior ênfase em artes, é lotado no Instituto de Artes e Comunicação Social, sendo vinculado ao Departamento de Artes. O segundo se apresenta enquanto uma formação em comunicação

<sup>7</sup> Instituído pela Lei nº 12.343/2010; disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2010/lei/112343.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/112343.htm) (acesso: 18/04/2014).

<sup>8</sup> Disponível em: [http://pnc.culturadigital.br/wp-content/uploads/2013/07/DOCUMENTO\\_TECNICO\\_METAS\\_PNC.pdf](http://pnc.culturadigital.br/wp-content/uploads/2013/07/DOCUMENTO_TECNICO_METAS_PNC.pdf) (consultado em 05/12/2015).

social que, vinculado a Faculdade de Comunicação, oferta a habilitação em Produção em Comunicação e Cultura.

Tabela 1 – Cursos Superiores ativos na área da Produção e Gestão Cultural						
Curso	Instituição – Câmpus	Habilitação	Duração (anos)	Temas abordados	Código E-MEC	CC
<u>Produção Cultural</u>	UFF Niterói/RJ	Bacharel em Produção Cultural	4	Teorias da arte e da cultura; Produção, Política, Gestão e Patrimônio Cultural	18609	4
<u>Produção Cultural</u>	UFF Rio das Ostras/RJ	Bacharel em Produção Cultural	4	Teorias da arte e da cultura; Produção, Política, Gestão e Patrimônio Cultural	82868	3
<u>Comunicação Social</u>	UFBA Salvador/BA	Bacharel em Comunicação Social – habilitação em Comunicação e Cultura	3,5	Teorias da comunicação; Política e Produção Cultural	35919	S/A
<u>Comunicação Social</u>	UNIPAMPA São Borja/RS	Bacharel em Comunicação Social – habilitação em Relações Públicas ênfase em Produção Cultural	4	Teorias da comunicação; Produção Cultural	1103696	4
<u>Produção e Política Cultural</u>	UNIPAMPA Jaguarão/RS	Bacharel em Produção e Política Cultural	4	Teorias da arte e da cultura; Produção, Política, Gestão e Patrimônio Cultural	5000920	4
<u>Produção Cultural</u>	IFRJ Nilópolis/RJ	Bacharel em Produção Cultural	4	Teorias da arte e da cultura; Produção, Política e Patrimônio Cultural	1178845	S/A
<u>Produção Cultural</u>	IFRN Natal/RN	Tecnólogo em Produção Cultural	3	Teorias da arte e da cultura; Produção, Política e Patrimônio Cultural	123308	5
<u>Interdisciplinar em Cultura, Linguagens e Tecnologias Aplicadas</u>	UFRB Santo Amaro	Bacharel em Cultura, Linguagens e Tecnologias Aplicadas	3	Teorias da arte e da cultura; Produção, Política e Gestão Cultural	Sem código	S/A

**Tabela 1** – Relação de cursos em Produção Cultural. Legenda – CC: Conceito do Curso. Dados compilados pelo pesquisador.

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro (IFRJ), câmpus Nilópolis, iniciou a oferta da formação de Tecnólogo em Produção Cultural (2003-

2005), passando a Curso superior de Tecnologia em Produção Cultural (2006, em extinção) e hoje conta também com um bacharelado (desde 2012). O IFRN no ano de 2012 estruturou o Curso Superior de Tecnologia em Produção Cultural, hoje curso regular do câmpus Natal Cidade Alta, como atesta a Tabela 1, é o curso melhor avaliado pelo Ministério da Educação.

Em 2012 foi aberta a primeira turma do Bacharelado em Produção e Política Cultural na Universidade Federal do Pampa, câmpus Jaguarão, no sul do estado do Rio Grande do Sul. Além do destaque para a relação entre política e cultura, o referido curso se distingue dos demais por estar localizado em um município distante de uma capital (350 km de Porto Alegre) e em região de fronteira (na divisa com o Uruguai, cidade de Rio Branco). A primeira turma de formandos, composta por 23 discentes de diferentes regiões do país, defendeu seus trabalhos de conclusão em dezembro de 2015. Ainda na Unipampa, mas no câmpus São Borja – também região de fronteira, mas com a Argentina – encontra-se o curso de Comunicação Social com habilitação em Relações Públicas e ênfase em Produção Cultural, bacharelado ofertado desde 2011.

Além destes cursos, recentemente a Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, câmpus Santo Amaro, inaugurou o Bacharelado Interdisciplinar em Cultura, Linguagens e Tecnologias Aplicadas que aborda temas da produção e gestão culturais.

Pode-se dizer que o contexto de oferta de formação superior na área da produção cultural é de expansão apesar da localização destes estar concentrada em regiões metropolitanas (Rio de Janeiro, Salvador e Natal). A presença já significativa de cursos no interior (Rio Grande do Sul e Bahia), por outro lado, aponta para uma tendência de descentralização importante.

Deste levantamento e análise parcial dos cursos, inclusive dos seus projeto-político pedagógicos, atesta-se que o caráter inter e multidisciplinar está presente em cada um. Os temas enfatizados nas formações e até mesmo as habilitações, apesar de distintas em alguns casos, são complementares e contribuem cada um a sua maneira, para a melhor desenvoltura do gestor cultural. Creio que a promoção de um intercâmbio entre os discentes dos diferentes cursos, na modalidade de mobilidade acadêmica, poderia enriquecer a formação dos formandos, preparando-os melhor para a atividade profissional, proporcionando, inclusive, o conhecimento de realidades distintas regionais e locais.

O fato de nenhum dos cursos de graduação identificados neste trabalho ser na modalidade semipresencial ou à distância, aponta para a prevalência da modalidade presencial, em período integral. Considerando que o alcance dessa modalidade é relativamente limitado, é possível repensar essa escolha da gestão dos cursos e instituições de

ensino envolvidas na tentativa de implementar uma formação superior que facilite o acesso às pessoas que não tem condições de atender aos cursos presenciais. Tal perspectiva parece-me estratégica para ampliar a oferta e alcance dos cursos, mas é desafiadora na medida em que a prática é elemento essencial para a formação dos produtores-gestores e o arcabouço teórico mínimo ou básico, ainda não foi definido, bastando dizer que a área não dispõe de Diretrizes Curriculares. Assim, garantir que a perspectiva prática e aplicação da teoria seja garantida e chegar a um consenso sobre que temas e áreas do conhecimento são basilares na formação do gestor, são tarefas por fazer.

### **3. Diferentes Brasis: desafios à formação de gestores culturais no país continental**

Dos 5.570 municípios brasileiros, 80,65% têm menos de 30 mil habitantes. Apenas 11% dos municípios tem 50 mil ou mais habitantes e, se elevamos o recorte para 100 mil e 200 mil ou mais, esse percentual cai para 5,19% e 2,5% respectivamente<sup>9</sup>. Em termos de representação do conjunto da população de pouco mais de 190 milhões de pessoas, o somatório das populações dos municípios na faixa de até 30 mil habitantes, corresponde a 24,46% (ou 46,6 milhões de pessoas). O somatório da população dos municípios de até 50 mil corresponde a 33,55% do total ou 64 milhões, seguido de 45,25% (até 100mil) e 55,78% (até 200 mil). Na outra ponta da questão temos uma concentração populacional nítida se considerarmos que os 15 municípios (0,27%) mais populosos, com 1 milhão de habitantes ou mais, somados tem 21% da população total (cerca de 40 milhões de habitantes).

Analisando os dados aqui reunidos, percebemos que os menores municípios em termos populacionais, aqueles de até 30 mil habitantes, representam cerca de um quarto da população total e os de até 50 mil, pouco mais de um terço do total, um contingente significativo. Uma política de formação de gestores deve assim priorizar esses municípios, o que acaba se mostrando um desafio já que estamos falando em 4.492 (até 30 mil) e 4.954 (até 50 mil) localidades diferentes, respectivamente. Diante deste quadro, é imprescindível a utilização de tecnologias de informação e comunicação para aumentar o alcance e efetividade das ações de formação. Cursos semipresenciais, com conteúdos e processos disponibilizados parcialmente em meio digital, parecem uma alternativa. Não encontrei dados objetivos acerca do número de gestores culturais atuando hoje no país, mas é importante que tenhamos um contingente

---

<sup>9</sup> Todos os dados acerca da população brasileira foram obtidos pelo portal do IBGE e tem como base o Censo brasileiro de 2010. Portal do IBGE: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/default.shtm> (acesso em 06/12/2015).

proporcional a, no mínimo, um por município. Isso significa que, de partida, teríamos de ter 5.570 profissionais capacitados e distribuídos por todo o Brasil, sendo obviamente necessário um número maior de gestores nas cidades com maior número de habitantes. Essas questões devem ser aprofundadas a fim de que se estabeleça, por exemplo, um parâmetro mínimo de gestor por habitante como acontece em outras áreas.

É claro que isoladamente a questão da dispersão ou adensamento populacional não diz muito a respeito das necessidades da formação em gestão cultural no Brasil. No entanto, devemos considerar a dimensão territorial e a distribuição da população se quisermos ter um contingente de gestores, devidamente capacitados, para que a cultura se consolide enquanto um campo de atuação profissional, gerador de riqueza e renda.

#### **4. Considerações: próximos passos**

Pelos dados aqui reunidos em espécie de aproximação inicial sobre a questão da formação em gestão cultural no Brasil, entende-se que são inúmeros os desafios em direção à construção de uma resposta adequada a essa demanda. Entre as quais, nessas considerações, destaco a oferta ainda pouco significativa de cursos superiores nas áreas correlatas. Uma estimativa da oferta baseada no número de vagas dos cursos identificados, aponta para pouco mais de 350 vagas anuais. Este número, isoladamente, não corresponde ao número de formandos dos cursos, posto que há evasão por diferentes motivos e os dados sobre egressos são de difícil identificação. Nesse sentido, é preciso estipular métodos e desenvolver pesquisas que acompanhem essa questão da formação e gerem indicadores que subsidiem o planejamento da qualificação profissional na área da gestão cultural. Há de se pensar inclusive na descentralização da oferta de formação com polos regionais localizados em municípios do interior e desenvolver cursos em modalidades semipresenciais.

Ainda acerca da formação superior, não obstante a necessidade de se estabelecerem as Diretrizes Curriculares Nacionais, bem como a regulamentação da atividade profissional do gestor cultural, se considerarmos toda a legislação atinente à área da produção, gestão e política cultural hoje em vigor, há balizas suficientes para sua consolidação. São diversos os marcos institucionais relevantes que apontam para essa consolidação, em diferentes momentos de um passado não muito recente.

No final da década 60 e 70, no contexto de elaboração de planos de cultura e em meio ao desenvolvimento da área cultural no governo Geisel (1974 -1978) foi sancionada a Lei Nº 6.533/78, para a regulamentação das profissões de Artista e Técnico em Espetáculos de Diversões. Essa legislação abriu caminhos para o registro, junto ao Ministério do Trabalho, de

profissionais que se dedicavam às artes, ao cinema, à fotonovela e à radiodifusão, incluindo mensagens publicitárias.

Na década de 1990, a promulgação da Lei Federal de Incentivo à Cultura (Lei Nº 8.313/1991), conhecida como Lei Rouanet, passou a demandar uma maior qualificação na área. Desde então, foram sendo criados cursos para a formação profissional em produção cultural, gestão cultural, políticas culturais e correlatos.

Em 2002, a profissão de produtor/a cultural foi incluída no Código Brasileiro de Ocupação (CBO) do Ministério do Trabalho e Emprego (TEM), sob o número CBO 2621-05, que traz a seguinte descrição sumária: “Implementam projetos de produção de espetáculos artísticos e culturais (teatro, dança, ópera, exposições e outros), audiovisuais (cinema, vídeo, televisão, rádio e produção musical) e multimídia. Para tanto criam propostas, realizam a pré-produção e finalização dos projetos, gerindo os recursos financeiros disponíveis para o mesmo”.

Contudo, o reconhecimento social, legal e institucional do ofício de gestor cultural segue sendo importante. Hoje tramita na Câmara Federal projeto de lei (PL), de nº 5575/2013<sup>10</sup>, que visa regulamentar a profissão do Produtor Cultural, Esportivo e de Ações Sociais. Em 2015, o PL seguiu para o Senado Federal depois de aprovado pela Câmara de Deputados, com base nas reivindicações da Associação dos Produtores Culturais do Rio Grande do Sul (APCERGS).

Finalizo assim minha reflexão acerca das necessidades da gestão cultural no Brasil na qual enfatizei a questão da formação e qualificação da força de trabalho na área, suas limitações e desafios. Também foquei meu levantamento a partir do panorama levantado pela MUNIC 2014, e na oferta de cursos em nível de graduação na rede pública federal, defendendo que alguns desafios ainda se apresentam frente à necessidade de consolidação da formação, entre eles o fortalecimento e reconhecimento pelo Estado dos próprios cursos que oferta e a regulamentação da profissão do produtor cultural.

## Referências

CALABRE, Lia. *Profissionalização no campo da gestão pública da cultura nos municípios brasileiros: um quadro contemporâneo*. Revista Observatório Itaú Cultural OIC - n. 6, (jul./set. 2008), p. 66-73, São Paulo, SP : Itaú Cultural, 2008.

---

<sup>10</sup> Projeto de autoria do Deputado Giovani Cherini (PDT/RS); disponível em: [http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra;jsessionid=0FEE6C4FE1446A8740A7B370D0C779E8.proposicoesWeb2?codteor=1088528&filename=PL+5575/2013](http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=0FEE6C4FE1446A8740A7B370D0C779E8.proposicoesWeb2?codteor=1088528&filename=PL+5575/2013) (acesso: 06/12/2015).

CUNHA, Maria Helena. *Gestão Cultural: Profissão em formação*. Dissertação de Mestrado. Belo Horizonte: UFMG, 2005. Disponível em:  
<http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/bitstream/handle/1843/FAEC-856N9M/1000000598.pdf?sequence=1> (acesso: 15/02/2016).

\_\_\_\_\_. *Formação do profissional de cultura: desafios e perspectivas*. Políticas Culturais em Revista, 1 (4), p. 95-105, Salvador, BA: UFBA, 2011.

IBGE. *Portal do IBGE, Censo 2010*. Disponível em:  
<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/default.shtm> (acesso: 06/12/2015).

\_\_\_\_\_. *Perfil dos Estados e Municípios do Brasil 2014 – suplemento Cultura*. Disponível em:  
<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv95013.pdf> (acesso: 02/02/2016).

MINISTÉRIO DA CULTURA. *Resultado da Plenária Final da 3ª Conferência Nacional de Cultura*. Brasil, 2013. Disponível em: [http://cncvirtual.culturadigital.br/wp-content/uploads/sites/6/2013/12/Propostas\\_Aprovadas\\_III-CNC.pdf](http://cncvirtual.culturadigital.br/wp-content/uploads/sites/6/2013/12/Propostas_Aprovadas_III-CNC.pdf) (consultado em 05/12/2015).

\_\_\_\_\_. *Plano Nacional de Cultura*. Brasil, 2010. Disponível em:  
[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2010/lei/112343.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/112343.htm) (acesso: 18/04/2014).

RODRIGUES, Luiz Augusto e DE MARCO, Kátia. *Mapeamento: formação em gestão, produção cultural e entretenimento – graduação e pós-graduação*. ABGC, 2013.

RUBIM, Antonio Albino Canelas. *Formação em organização da cultura no Brasil*. Revista Observatório Itaú Cultural OIC - n. 6, (jul./set. 2008), p. 47-55, São Paulo, SP : Itaú Cultural, 2008.

RUBIM, Antonio; BARBALHO, Alexandre Barbalho e COSTA, Leonardo. *Mapeamento da formação e qualificação em organização cultural no Brasil*.

MARTINELL, Alfons. *La Gestión Cultural: Singularidad profesional y perspectivas de futuro*. Girona/Espanha: Unesco, 2000.

\_\_\_\_\_. *Políticas culturales y gestión cultural: Organum sobre los conceptos clave de la práctica profesional*. Girona/Espanha: Documenta Universitaria, 2007.

## Formación en Gestión Cultural en Brasil: desafíos y posibilidades

### Resumen

El presente trabajo buscó reflexionar sobre la cuestión de la formación en gestión cultural y sus demandas en el contexto brasileño. A partir de una breve reflexión teórica, se argumentó que el tema es central para la definición e implementación de políticas culturales, además de ser una demanda social, presente en las prioridades establecidas en las Conferencias Nacionales de Cultura y otros marcos institucionales, como la Plano Cultura Nacional. Se identificó la oferta de educación superior en gestión y producción cultural de seis universidades federales, presentando sus principales características y temáticas. También se extrajo un perfil de gestores de cultura pública en Brasil a partir de datos de la encuesta Perfil de los Estados y Municipios Brasileños, suplemento Cultura 2014 del IBGE, en un cruce de datos sobre la estructura de los órganos municipales y sus respectivos líderes.

Palabras claves: gestión cultural; producción cultural; formación en cultura; política cultural; Munic 2014.

## Formation en Gestion Culturelle au Brésil: défis et possibilités

### Résumé

Cet article visait à réfléchir sur la question de la formation en gestion culturelle et ses exigences dans le contexte brésilien. Sur la base d'une brève réflexion théorique, il a été avancé que la question est centrale dans la définition et la mise en œuvre des politiques culturelles, en plus d'être une demande sociale, présente dans les priorités établies dans les Conférences nationales de la culture et d'autres cadres institutionnels, tels que le Culture nationale du Plan. L'offre d'enseignement supérieur en gestion et production culturelle de six universités fédérales a été identifiée, présentant leurs principales caractéristiques et thématiques. Un profil des responsables de la culture publique au Brésil a également été dressé à partir des données de l'enquête Profil des États et municipalités brésiliens, supplément Culture 2014 de l'IBGE, dans un croisement des données sur la structure des organes municipaux et de leurs dirigeants respectifs.

Mots-clés: gestion culturelle; production culturelle; formation culturelle; politique culturelle; Munic 2014.

## Graduation in Cultural Management in Brazil: challenges and possibilities

### Abstract

This article sought to reflect about higher education in cultural management and its demands in the Brazilian context. Based on a brief theoretical reflection, it was argued that the issue is crucial to the definition and implementation of cultural policies and a social demand, present in the priorities established in the National Culture Conferences and other institutional frameworks, such as the Plano Nacional de Cultura. The offer of higher education in management and cultural production of six federal universities were identified and compared, presenting their main characteristics and themes. A profile of public culture managers in Brazil was drawn considering the data from the Profile of Brazilian States and Municipalities survey, IBGE's Culture 2014 supplement, in a cross-referencing of information on the structure of municipal structures and their respective leaders.

Keywords: cultural management; cultural production; training in culture; cultural policy; Munic 2014.